

## TEICOPOLÍTICAS NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI: A ROTA BIOCEÂNICA E O SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS (SISFRON)

**Bruno Henrique Caetano dos Santos**

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

### RESUMO

No século XXI, a emergência da temática das fronteiras nacionais está essencialmente ligada à Teicopolítica, isto é, à lógica de controle de fluxos e mobilidades. Em meio a esse cenário, a fronteira do Brasil com o Paraguai vem recebendo a atenção governamental em função de iniciativas nas áreas de segurança e defesa e de desenvolvimento de infraestruturas de transporte, com a Rota Bioceânica e com o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON). Realizado por meio da pesquisa bibliográfica, o presente trabalho analisa a confluência das políticas públicas do SISFRON e da Rota Bioceânica na zona de fronteira Brasil-Paraguai, concluindo que se tratam de políticas públicas que se complementam.

**Palavras-Chave:** Teicopolítica. Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON). Rota Bioceânica

## THEICOPOLITICS IN THE BRAZIL-PARAGUAY BORDER: THE BIOCEANIC ROUTE AND THE INTEGRATED BORDER MONITORING SYSTEM - SISFRON

### ABSTRACT

In the 21st century, the emergence of the theme of national borders is essentially linked to Theicopolitics, that is, to the logic of control of flows and mobility. In the midst of this scenario, Brazil's border with Paraguay has received government attention due to initiatives in the areas of security and defense and the development of transport infrastructure, with the Bioceanic Route and the Integrated Border Monitoring System (SISFRON). Conducted by means of bibliographic research, the present work analyzes the confluence of the public policies of SISFRON and the Bioceanic Route in the Brazil-Paraguay border area, concluding that these are complementary public policies.

**Keywords:** Theicopolitics. Integrated border monitoring system (SISFRON). Bioceanic Route.

## INTRODUÇÃO

A zona de fronteira Brasil-Paraguai tem sido objeto de um mosaico de políticas públicas diversas, de segurança e defesa ao desenvolvimento econômico regional, de que são exemplos emblemáticos o SISFRON e a Rota Bioceânica. Com base nesses pontos de partida, o presente trabalho reflete sobre as características desses dois projetos e sua relação com a teicopolítica.

Contextualizando o paradigma contemporâneo de fronteiras, na segunda parte é apresentado o conceito de Teicopolítica, desenvolvido pelo geógrafo francês Stéphane Rosière (2015), demonstrando a sofisticação e refinamento tecnológico das atividades de controle e vigilância.

Ainda, são discutidas, na terceira seção, as funções tradicionais de segurança e defesa da fronteira no Brasil, indicando-se as iniciativas nessa matéria. A tendência de securitização das fronteiras brasileiras tem sido marcada pela incorporação tecnológica de artefatos militares nas áreas de defesa e de segurança.

Na última parte do trabalho, esquadrinha-se as principais promessas, atrativos e perspectivas quanto à integração regional relacionadas à Rota Bioceânica na fronteira Brasil-Paraguai, enfatizando o caráter geopolítico desse processo.

Tendo em vista a dualidade dos modelos de políticas para a fronteira no Brasil, o que se evidencia na sua díade com o Paraguai, o presente trabalho busca analisar, a partir da ótica do Direito e das Relações Internacionais, os impactos das políticas públicas atuais para esta fronteira, com ênfase no SISFRON e PPF e no Projeto da Rota Bioceânica. Trata-se de uma pesquisa qualitativa básica de cunho exploratório, pautada em análise bibliográfica e documental com recorte temporal referente ao período de meados de 2010 a 2019.

### 1. AS FRONTEIRAS ENTRE OS ESTADOS NACIONAIS E A TEICOPOLÍTICA

O termo Teicopolítica pode ser empregado para denominar a política de construção de obstáculos físicos como muros e barreiras, bem como a utilização de artefatos tecnológicos com fins de vigilância e controle. O radical do termo tem origem grega e era utilizado para se referir ao muro da “pólis”, ou seja, da cidade-Estado (ROSIÈRE, 2015).

No âmbito do Estado-nação, essa política tem um objetivo e uma funcionalidade específica que é conter e controlar determinado espaço geográfico fronteiriço. No entender de Rosière (2015), hodiernamente a implementação da teicopolítica fez nascer um novo e relevante nicho de mercado, a teicoeconomia ou a “economia das barreiras fronteiriças”.

Nesse contexto, atores privados passam a fornecer aos Estados nacionais as tecnologias militares de controle e vigilância do território, em um mercado que é notoriamente impulsionado pelo *lobby* do complexo securitário-industrial constituído pelas empresas desse segmento.

Outro aspecto relevante do fenômeno das fronteiras internacionais é a formação do “*continuum* securitário”, conceito formulado por Didier Bigo nos anos 1990, segundo Rosière (2015), referindo-se aos problemas envolvendo o terrorismo, o tráfico de drogas e a imigração clandestina. Embora os interesses entre os atores do complexo securitário-industrial e os agentes transnacionais clandestinos sejam antagônicos, o fato é que existe uma relação de mútua dependência, concorrência e competição armamentista e tecnológica entre eles.

O Brasil segue uma política de vigilância e controle de fronteira similar à que existe em território europeu, onde países como a Espanha (que possui o Sistema Integrado de Vigilância Exterior- SIVE, criado em 1999, e implementado em 2002), chegaram a criar sistemas integrados de vigilância de fronteiras, ainda na década de 1990.

As forças de defesa e segurança públicas brasileiras já utilizam artefatos tecnológicos para o desempenho de suas atividades. A Força Aérea Brasileira (FAB) tem artefatos tecnológicos militares adquiridos da empresa israelense *Elbit Systems*, como as Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP), equipamentos da classe Hermes 900 e Hermes 450.<sup>1</sup>

No mesmo sentido, a Polícia Federal utiliza o equipamento Heron-1, desenvolvida pela empresa israelense *Israel Aerospace Industries* (RAMOS, 2014). Recentemente, a Polícia Federal e a FAB celebraram termo de cessão de uso visando a operação conjunta do Heron-1 por meio do Sistema de Aeronave Remotamente Pilotada (SARP).<sup>2</sup>

O emprego de ARPs, ou VANTs, como denominam alguns, possibilita identificação e o monitoramento de ilícitos de diversas naturezas, como os crimes ambientais, o contrabando e o tráfico de drogas e armas no territorial nacional brasileiro, constituindo um valioso instrumento em matéria de segurança pública e defesa (SILVA, 2013).

## **2. AS FUNÇÕES TRADICIONAIS DE SEGURANÇA E DEFESA DA FRONTEIRA: O SISFRON**

A soberania do Estado moderno é compreendida essencialmente pelo domínio político de determinado território. O território, por sua vez, não é apenas um espaço físico-geográfico, mas um espaço de natureza geopolítica, principalmente por conta das relações fronteiriças entre os Estados.

---

<sup>1</sup>Conforme assinala RAMOS (2014) o termo VANT tem origem na tradução direta do termo *Unmanned Aerial Vehicle* (UAV). Considerando-se o art. 106 da Lei nº 7.565/1986, que trata do Código Brasileiro de Aeronáutica, a nomenclatura adequada a ser utilizada é Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP).

<sup>2</sup>Publicado na Seção 3 da página 97 do Diário Oficial da União (DOU), edição de 08/01/2019.

Usualmente, o conceito de fronteiras é confundido com o conceito de limites. A fim de afastar qualquer equívoco decorrente da sugestível sinonímia entre os termos, Machado (2008) afirma que a fronteira difere do limite por estar voltada para fora, ou seja, para o exterior, e envolver interesses distintos daqueles do governo central do Estado territorial representado, por isso mesmo, uma fonte de perigo ou ameaça. O limite, nesse passo, é mera abstração, sem vida própria ou existência material, já que não implica na presença humana.

Nessa ordem de ideias, Machado (2008) sublinha que o limite consiste em um fator de separação física, sendo que a fronteira pode ser um fator de integração entre as estruturas sociais, políticas e culturais contíguas dos Estados fronteiriços.

Para Meira Mattos (1990), destacado geopolítico brasileiro, tanto na paz como na guerra o objetivo principal da fronteira é a proteção do território nacional. Em tempos de paz, especificamente, a fronteira garante os interesses econômicos, políticos e sociais do Estado por meio da fiscalização realizada em postos alfandegários, policiais e sanitários.

No Brasil, a fronteira é objeto do interesse do Estado desde os primórdios. Historicamente, dentre os instrumentos jurídicos que tratam da fronteira, merece destaque a Lei n.º 651, de 18 de setembro de 1850, do Imperador Dom Pedro II, que definiu a faixa de fronteira em uma zona de 10 léguas, (aproximadamente 66 km) a partir dos limites do Império com os países vizinhos.

Essa extensão permaneceu incólume com o advento da República, constando expressamente nas Constituições de 1891 e 1934. Com a Constituição de 1937, a faixa de fronteira foi estendida para 150 km e permaneceu assim desde então (MEIRA MATTOS, 1990, p. 73). Com a Constituição Federal de 1988, a faixa de fronteira permaneceu com a extensão de até 150 km quilômetros de largura, ao longo das fronteiras internacionais terrestres, sendo essa área considerada fundamental para a defesa do território nacional, com sua ocupação e utilização sendo reguladas em Lei (art. 20, § 2º).

Esse dispositivo constitucional se embasa na Lei n.º 6.634, de 2 de maio de 1979, que tratava da faixa de fronteira. Essa Lei veda diversas atividades na faixa de fronteira, dentre elas a “alienação e concessão de terras públicas, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação destinados à exploração de serviços de radiodifusão de sons ou radiodifusão de sons e imagens” bem como a “construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso”.

No Brasil, a importância e a relevância das fronteiras podem ser apreendidas em razão da dimensão territorial e da complexidade resultante das diversidades geográficas e políticas. A extensão das fronteiras geopolíticas do país é da ordem de 23.127 km, sendo 15.719 km de fronteiras terrestres e 7.408 km de fronteiras marítimas (MEIRA MATTOS, 1990). A faixa de fronteira do Brasil abrange 27 % do território nacional.

A fronteira brasileira, quer pela extensão, quer pelas variadas características geográficas demanda políticas públicas específicas tanto em matéria de defesa e segurança pública como de integração regional.

A faixa de fronteiras brasileira é composta de países com dez países, a saber: Argentina, Bolívia, Colômbia, França (Guiana Francesa), Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Nessa extensa área fronteiriça localizam 588 municípios, entre elas 32 cidades-gêmeas (ANDRADE *et al*, 2019).

No contexto do Estado de Mato Grosso do Sul, dos 79 municípios que o compõem, 44 se encontram em faixa de fronteira, 06 deles na condição de cidades gêmeas. A população desses municípios corresponde a 82,5% da que habita a região metropolitana de Curitiba, em um território aproximadamente 50% maior do que o do Estado do Paraná (OLIVEIRA; SANTOS, 2016).

Nas cidades de fronteira são materializadas políticas públicas bem particulares, direcionadas a faixas de fronteira do Brasil. De acordo com Kleinschmitt (2016), sobretudo a partir de 2011, várias políticas de controle passaram a ser realizadas nos municípios da faixa de fronteira, impulsionadas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), criada pelo Decreto n.º 2315/1997, que havia sido criada em 2000) e da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), criada em 2011 pelo Decreto n.º 7.496/2011.

Dentre as políticas públicas de segurança para a área fronteiriça, o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) do governo federal nasceu como propósito de reforçar a presença do Poder Público nos 16.880 km de fronteira terrestre do Brasil com os países vizinhos.

O PEF, coordenado pelo então vice-presidente da República e coordenador do plano Michel Temer, articulou a ação de diversos ministérios com os poderes públicos locais, de forma que o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), política de desenvolvimento regional, fosse preterido pela política de combate à criminalidade (KLEINSCHMITT, 2016).

No que tange à defesa, são registradas iniciativas históricas importantes como os projetos Calha Norte e o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), e mais recentemente o SISFRON (SILVA, 2017). Um dos principais projetos estratégicos do Exército Brasileiro, também considerado um dos maiores projetos do mundo em vigilância e monitoramento de fronteiras, o SISFRON é definido como sendo um sistema integrado de sensoriamento, de apoio à decisão e de emprego operacional, que visa produzir um fluxo contínuo de produção e disseminação de dados tanto em âmbito militar como também em operações interagências, com outros órgãos governamentais.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Informações do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro. Disponível em: <http://www.dct.eb.mil.br/index.php/termo-de-fomento-a-ser-firmado-entre-o-exercito-brasileiro-e-a-fundacao-parque-tecnologico-de-itaipu-br/35-programas-e-parceiros/97-sisfron> Acesso em: jan. 2020.

Segundo Pessanha (2017), o SISFRON foi engendrado em decorrência da aprovação da Estratégia Nacional de Defesa (END), a qual orienta a organização das Forças Armadas sob a égide do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença. O Projeto-Piloto do SISFRON está localizado na região da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, em Dourados-MS, subordinada ao Comando Militar do Oeste (CMO) (DEMENICIS, 2018).

Outro ponto relevante na defesa brasileira foi o lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas 1 (SGDC-1), com aplicações tanto na área civil (internet banda larga) como na área militar (defesa e segurança) (CARVALHO; MATOS, 2018). Ademais, o SGDC-1 favorece o SISFRON ao garantir a confiabilidade e qualidade do serviço de comunicações via satélite (DEMENICIS, 2018).

O SGDC-1 teve a sua construção iniciada em 2014, em Cannes, na França, e o seu lançamento ocorreu em 4 de maio de 2017, na Base de Lançamento de Kourou, na Guiana Francesa (BRASIL, 2018).

Evento também significativo foi o lançamento ao mar do submarino Riachuelo (S-40), em dezembro de 2018, dando início à fase de testes que antecede a entrega ao setor operativo da Marinha do Brasil (ANDRADE *et al*, 2019).

Do plano da defesa para o plano da segurança pública, importante mencionar as operações Ágata e Sentinela. As Operações Ágata, coordenada pelo Ministério da Defesa, e Sentinela, a cargo do Ministério da Justiça, se desenvolvem no âmbito do PEF. A Operação Ágata é realizada episodicamente com base em ações ostensivas de bloqueio e patrulhamento. Por sua vez, a Operação Sentinela tem caráter permanente, voltado para a investigação de crimes transnacionais pela Polícia Federal (MENDES, 2016).

### **3. ROTA BIOCEÂNICA E A INTEGRAÇÃO REGIONAL**

Em relação às políticas públicas específicas de integração regional para as fronteiras brasileiras, oportuno apontar os projetos da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), criada em 2000, e o Programa de Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira (PDFF), cuja primeira versão data de 2005 (FILHO; CAMARA, 2019).

Segundo Honório (2013), a IIRSA pode ser considerada o primeiro movimento no regionalismo sul-americano em direção à consolidação de iniciativas de cooperação e integração entre os países da América Latina.

Nesse sentido, o projeto da Rota de Integração Latino-Americana (RILA) ou Rota Bioceânica, que abrange a fronteira Brasil-Paraguai, está inserido na plataforma desenvolvimentista

da IIRSA, que objetiva fomentar a cooperação regional e a modernização das infraestruturas de transportes, energia e comunicações.

No âmbito da IIRSA foram formuladas diversas carteiras de projetos orientadas pelos Eixos de Integração e Desenvolvimento, os quais correspondem a faixas multinacionais de territórios onde se concentram espaços naturais, assentamentos humanos, zonas produtivas e fluxos de comércio (BRASIL, 2010).

Entre os eixos identificados, quatro abrangem áreas de influência situadas entre os oceanos Atlântico e Pacífico, onde se encontra o Eixo Capricórnio<sup>4</sup> que abarca áreas do Brasil, Argentina, Paraguai, da Bolívia e Chile, com uma área de cerca de 1,72 milhões de km<sup>2</sup>.

A rota bioceânica, com extensão de 2,2 mil km de percurso entre Campo Grande e os portos do norte do Chile, irá interligar as infraestruturas de transporte na fronteira entre as cidades de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul, e *Capitán Carmelo* Peralta, na República do Paraguai, a partir de uma nova ponte, a ser financiada pela Itaipu Binacional, passando pelo Paraguai e pela Argentina até chegar ao Chile (ASATO *et al*, 2019a).

Dentre os Municípios que fazem parte da Rota Bioceânica, Porto Murtinho é considerado o mais vulnerável social e economicamente, já que está atrelado, essencialmente, à pecuária bem como aos recursos da administração pública (CONSTANTINO *et al*, 2019a). Nesse sentido, é esperado que a construção da ponte binacional, estimada para ser concluída em 2022, traga grandes transformações na cidade de Porto Murtinho com as demandas que iram surgir em diversos setores como nos transportes e no turismo (ASATO *et al*, 2019a).

O Ministro da carreira diplomática do Ministério das Relações Exteriores João Carlos Parkinson de Castro (2019) afirma que, de acordo com estudos da Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL)<sup>5</sup>, com a implantação do Corredor Rodoviário Bioceânico, a redução estimada no deslocamento rodoviário do Atlântico ao Pacífico, em relação ao tempo, seria de 67% e em relação aos custos seria de 18%. Em alguns casos particulares, a redução dos custos de transportes e logística poderia ser de até 60%.

No caso do transporte marítimo o impacto também seria significativo com a redução de 4 mil milhas náuticas ou quase quatorze dias de transporte marítimo. Nesse sentido, a viagem de Antofagasta, no Chile, a Xangai, na China, tem duração de 35 dias, ao passo que o deslocamento do

---

<sup>4</sup>Os outros eixos, que não serão abordados no presente trabalho, são: 1) eixo do Amazonas, com Colômbia, Equador, Peru e Brasil; 2) Eixo Interoceânico Central, com oito departamentos da Bolívia, cinco estados do Brasil, a primeira região do Chile, todo o Paraguai e três províncias do Peru; 3) Eixo MERCOSUL-Chile com Uruguai, o centro do Chile, o centro e noroeste da Argentina, parte das regiões sudeste e sul do Brasil e o sudeste do Paraguai.

<sup>5</sup> A EPL é uma empresa pública do Brasil, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, criada por meio da Lei n.º 12743, de 19 de dezembro de 2012.

Porto de Santos a Xangai pelo Estreito de Magalhães, ao norte da Terra do Fogo, no Chile dura 49 dias (CASTRO, 2019).

Dessa forma, a rota bioceânica vem a calhar também para a geoestratégicatransoceânica da China, um dos principais parceiros comerciais do Brasil. A política externa chinesa intitulada “*One Belt, One Road*”(OBOR) pretende reestruturar uma Nova Rota da Seda por meio de grandes investimentos para criar uma rede de rotas terrestres e marítimas que conectarão corredores econômicos que foram planejados para integrar e desenvolver economias locais e regionais de países estratégicos (SANG, 2019).

Assim, cabe ressaltar a importância da China como principal mercado das *commodities* de países sul-americanos, com ênfase na participação brasileira, em especial a partir do “complexo soja-carnes Brasil-China” (ESCHER; WILKINSON, 2019).

Por outro lado, a rota bioceânica não se limita a dimensão econômica, já que vem agregando e convergindo em diversas áreas com a internacionalização e formação de redes universitárias dos países envolvidos, bem assim despertando o interesse do acoplamento da pauta turística nesse processo de integração regional.

Nesse sentido, a Rede Universitária do Corredor Bioceânico (UniRila) foi constituída no Seminário do Corredor Bioceânico, realizado em julho de 2016, em Campo Grande, com apoio do Conselho de Reitores das Instituições de Ensino Superior de Mato Grosso do Sul (MACIEL *et al*, 2019).

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, a Universidade Católica Dom Bosco e a Universidade Anhanguera Uniderp, Universidade Federal da Grande Dourados, são as instituições brasileiras que integram a UniRila.

Integram ainda a UniRila, do Paraguai, a *Universidad Nacional de Asunción*, da Argentina, a *Universidad Nacional de Salta*, a *Universidad Nacional de Jujuy* e a *Universidad Católica de Salta*, e do Chile, a *Universidad Católica del Norte* e a *Universidad de Antofagasta*.

Segundo Macielet *al* (2019), a UniRila tem como função articular o processo de integração com a formação de redes internacionais entre instituições, intercambiando capital humano especializado em projetos de investigação conjunta fortalecendo as relações multilaterais.

O incremento do turismo na região fronteiriça também é um dos desdobramentos da implementação da rota bioceânica em vista de atrativos como os destinos do Pantanal e Bonito no Brasil. Asatoet *al* (2019b) assinala que as potencialidades de turismo abrangem desde diversas modalidades como o turismo de contemplação, presente nos quatro países da rota, o enoturismo (vinícolas de Salta na Argentina), o turismo de eventos e o turismo cultural (Porto Murinho, *Jujuy*), turismo em áreas naturais como o Deserto do Atacama, e o turismo de aventura

O desafio, no entanto, é materializar as expectativas no plano da realidade. Em estudo empreendido por Constantino *et al*(2019b), a partir de dados do Ministério do Turismo quanto ao período de 2016 a 2017, constatou-se, mediante análise quantitativa, que a relação existente entre os países do Corredor Bioceânico e Mato Grosso do Sul ainda não é significativa, já que o fluxo é pequeno e a integração incipiente. Uma exceção a esse quadro é justamente a integração entre as cidades de Ponta Porã e *Pedro Juan Cabalero* nos planos comercial, cultura, gastronômico e do livre comércio entre as cidades.

A conclusão da ponte ligando a cidade de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul, e *Capitán Carmelo Peralta*, na República do Paraguai, certamente trarão novas dinâmicas territoriais e econômicas, especialmente quanto ao turismo.

## CONCLUSÃO

Na zona de fronteira Brasil-Paraguai, as políticas públicas são formatadas, majoritariamente, pelo combate à criminalidade, em especial ao tráfico de drogas e armas, contrabando e crimes ambientais. Essa tradicional forma de governança do território tem sido intercalada por propostas de desenvolvimento e integração econômica, especialmente a partir da IIRSA e do PDFF.

A faixa fronteiriça do Estado de Mato Grosso do Sul com o Paraguai tem sido alvo de distintas políticas públicas, que se superpõem e inevitavelmente se interseccionam. Com o SISFRON pretende-se monitorar, controlar e vigiar a faixa de fronteira, mediante o emprego de sistemas tecnológicos integrados de sensoriamento, com finalidade militar bem como de compartilhamento com outros órgãos e agências governamentais, em aplicações de natureza civil.

Nesse quadro, a utilização de equipamentos tecnológicos pelas forças de segurança e defesa brasileiras como as ARPs Hermes 900 e Hermes 450 e o Heron-1, bem como a implantação do SISFRON, um dos maiores projetos do mundo em vigilância e monitoramento de fronteiras, parecem demonstrar a manifestação da lógica teicopolítica no Brasil.

No entanto, para além das políticas de controle e vigilância, o projeto da rotabioceânica, que busca conectar as cidades de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul, e *Capitán Carmelo Peralta*, na República do Paraguai, promove uma capilarização logística e econômica do espaço fronteiriço.

Com efeito, as expectativas de redução substancial dos custos de transportes e logística entre os oceanos Atlântico e Pacífico, além de alvissareiras, se amoldam à pretensão da política externa chinesa, de incrementar os investimentos em novas rotas terrestres e marítimas com os parceiros comerciais. Assim, vislumbra-se no horizonte o surgimento de novas vantagens econômicas e competitivas, especialmente no setor do agronegócio.

Além do mais, a expansão da atividade turística bem como a cooperação internacional universitária entre Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, por meio da UniRila, agregam a integração regional, exigindo-se relações de reciprocidade e cooperação entre as soberanias.

A nosso ver é possível afirmar que o SISFRON, que tem como objetivo o monitoramento e a vigilância de fronteira, e a Rota Bioceânica, que visa acelerar a integração regional sul-americana por meio das infraestruturas de logísticas, constituem políticas públicas aparentemente contraditórias, mas complementares e convergentes.

Afinal, nas fronteiras importam tanto a defesa e a segurança pública, como também a integração regional e econômica. Assim como o combate à criminalidade, em especial ao tráfico de drogas e armas, contrabando e crimes ambientais, se faz necessário na fronteira, bem como em outras áreas do território nacional, a indução de políticas de desenvolvimento e integração econômica também tem seu lugar e importância.

Face ao exposto, como conclusão do trabalho, em nossa perspectiva, o aparente antagonismo entre a vertente da securitização, de que é símbolo o SISFRON, que reforça a presença do Estado brasileiro na fronteira Brasil-Paraguai, e a Rota Bioceânica, projeto de índole econômica, se desfaz ao constatarmos que se tratam de políticas públicas que se interseccionam, mesmo que indiretamente, a nível de complementação e não exclusão.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Israel de Oliveira *et al.* **O programa de desenvolvimento de submarinos como programa de Estado.** Diretoria de estudos e políticas setoriais de inovação e infraestrutura. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

ASATO, Thiago Andrade; GONÇALVES, Débora Fittipaldi; WILKE, Erick Pusck. Perspectivas do corredor bioceânico para o desenvolvimento local no estado de MS: o caso de Porto Murtinho. **Interações.** Campo Grande, v. 20, p. 141-157, 2019a.

ASATO, Thiago Andrade *et al.* Rota de integração latino-americana (RILA) para o desenvolvimento turístico. **Interações (Campo Grande)**, v. 20, p. 45-56, 2019b.

BRASIL. Corredor bioceânico. **Avaliação dos corredores bioceânicos.** BNDES: Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/Corredor-bioceânico/Corredor-bioceânico-produto-2.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

CARVALHO, Raimundo Sérgio; MATOS, Patrícia de Oliveira. Satélite geoestacionário de defesa e comunicações estratégicas (SGDC): possibilidades de transferência de tecnologias (TT) para a indústria espacial brasileira. **Revista brasileira de estudos estratégicos**, v. 10, n. 20, jul-dez., 2018.

CASTRO, João Carlos Parkinson. **Análise SWOT do corredor rodoviário bioceânico.** In: Revista UNIRILA (Rede Universitária da Rota de Integração Latino-Americana). Universidade do Estado de Mato Grosso do Sul: Campo Grande, 2019.

CONSTANTINO, Michel *et al.* Caracterização econômica dos municípios sul-mato-grossenses do Corredor Bioceânico. **Interações (Campo Grande)**, v. 20, p. 179-192, 2019a.

CONSTANTINO, Michel *et al.* Fluxos turísticos entre os países do Corredor[sic]Bioceânico. **Interações (Campo Grande)**, v. 20, p. 57-67, 2019b.

DEMENICIS, Luciene da Silva. **O satélite geoestacionário de defesa e comunicações estratégicas (SGDC): uma análise das contribuições para a defesa nacional.** (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

FILHO, Camilo Pereira Carneiro; CAMARA, Lisa Belmiro. Políticas públicas na faixa de fronteira do Brasil: PDF, CDIF e as políticas de segurança e defesa. **Confins (Paris)**, v. p. 41, 2019.

HONÓRIO, Karen dos Santos. O significado da iniciativa para a integração da infraestrutura regional Sul-Americana (IIRSA) no regionalismo Sul-Americano (2000-2012): um estudo sobre a iniciativa e a participação do Brasil. 133 f. **Dissertação** (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

KLEINSCHMITT, Sandra Cristiana. O que as políticas de controle para as fronteiras brasileiras e o projeto maquila do Paraguai tem em comum? SéculoXXI: **Revista de relações internacionais-ESPM/Sul**, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 112-131, ago. 2017. Disponível em: <http://seculoxxi.espm.br/index.php/xxi/article/view/151>. Acesso em: 26 nov. 2019.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: **Fronteiras e espaço global**. T. M. Strohaecker, A. Damiani, N. O. Schaffer, N. Bauth, V. S. Dutra (Org.). Porto Alegre: AGB-Porto Alegre, 1998. p. 41-49.

MACIEL, Ruberval Franco *et al.* Internacionalización Sur-Sur: desafios y potencialidades de la Red Universitaria de la Carretera Bioceánica. **Interações (Campo Grande)**, [S.l.], p. 297-306, jul. 2019. ISSN 1984-042X. Disponível em: <http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/2639>. Acesso em: 03 dez. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.20435/inter.v20iespecial.2639>.

MENDES, Paulo Ubirajara. Operações Ágata. **Revista brasileira de inteligência**. Brasília: Abin, n. 11, dezembro 2016.

MEIRA MATTOS, Carlos de. **Geopolítica e teorias de fronteiras: fronteiras do Brasil**. Biblioteca do Exército: Rio de Janeiro, 1990.

OLIVEIRA, Marco Aurélio M.; SANTOS, Manix G. dos. Mato Grosso do Sul e os desafios de segurança pública em suas fronteiras: distancias entre as alta e baixa políticas. Século XXI: **Revista de Relações Internacionais - ESPM/Sul**, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 96-111, ago. 2017. Disponível em: <http://seculoxxi.espm.br/index.php/xxi/article/view/150>. Acesso em: 26 nov. 2019.

PESSANHA, Emanuel Alexandre Moreira. **O SISFRON e a base industrial de defesa**. Doutrina Militar Terrestre em Revista, [S.l.], v. 1, n. 4, p. 74-79, out. 2013. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/DMT/article/view/671>. Acesso em: 08 nov. 2019.

RAMOS, Henrique Felipe. Aeronaves remotamente pilotadas como efeito multiplicador de forças na manutenção da soberania nacional: popularização da ferramenta enquanto agente transformador do cenário geopolítico. **Anais do I congresso brasileiro de geografia política, geopolítica e gestão do território**, 2014. Rio de Janeiro.Porto Alegre: Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 1221-1231.

ROSIÈRE, Stephane. Mundialização e teicopolíticas: análise do fechamento contemporâneo das fronteiras internacionais. **Boletim gaúcho de geografia**, v. 42, n .2, 369-388, maio, 2015.

SANG, Beibei. Geoestratégia da China e a nova rota da seda: uma análise a partir dos documentos oficiais chineses e seus desdobramentos para o Brasil.**Dissertação** (Mestrado em Relações Internacionais) -UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas: São Paulo, 2019.

SILVA, Eristelma Teixeira de Jesus Barbosa.Veículos aéreos não tripulados: panorama atual e perspectivas para o monitoramento de atividades ilícitas na Amazônia. In: **Anais XVI.Simpósio brasileiro de sensoriamento remoto** (SBSR), Foz do Iguaçu, 13 - 18 abr. 2013, INPE.

**AUTOR:**

**Bruno Henrique Caetano dos Santos**

Mestrando em Fronteiras e Direitos Humanos pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

**E-mail:** brn.henrik@gmail.com

---

Recebido em 06/02/2020

Aceito em 01/04/2020